
Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro - 2019-2020

Attempts to censor books in the first two years of the Bolsonaro government 2019-2020

Sandra Reimão¹
João Elias Nery²
Flamarion Maués³

Resumo: Esse artigo aborda as tentativas de censura a livros, no Brasil, nos anos de 2019 e 2020. Entende-se por censura a livros qualquer ação que vise dificultar, limitar ou constranger a redação, impressão, divulgação, distribuição, comercialização ou aquisição de livros. Esse artigo está organizado em quatro blocos: 1) censura a livros – 2015-2018 – o prenúncio; 2) Censura a livros em 2019 - Investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual e outros casos; 3) Censura em Rondônia e outros eventos em 2020 e 4) atos de resistência. O percurso percorrido deixa claro que o governo de Jair Bolsonaro busca consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio. Os casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferam atualmente no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que se somam e tentam construir uma cultura de vigilância e censura. Por outro lado, as vozes da resistência estão agindo, estão se fazendo presentes de forma contundente.

Palavras-chave: Censura; Brasil 2019-2020; Livros; Autoritarismo.

Abstract: This paper addresses attempts to censor of books in Brazil in the years 2019 and 2020. Book censorship is understood to be any action that seeks to hinder, limit or constrain the writing, printing, dissemination, distribution, sale or acquisition of books. This article is organized into four blocks: 1) book censorship – 2015-2018 – the foreshadowing; 2) Book censorship in 2019 - Onslaughts against goblins, witches, African culture and sex education and other cases; 3) Censorship in Rondônia and other events in 2020 and 4) acts of resistance. The route taken makes it clear that Jair Bolsonaro's government seeks to consolidate itself through a discourse of intolerance and hatred. The cases of book censorship mentioned in this study demonstrate that intolerant and authoritarian attitudes are currently proliferating in Brazil, which add up and try to build a culture of surveillance and censorship. On the other hand, voices of the resistance are active making their presence strongly felt.

Key words: Censorship; Brazil 2019-2020; Books, Authoritarianism.

1 Professora livre docente na Universidade de São Paulo, USP. E-mail: sandra.reimao@gmail.com.

2 Professor doutor docente na Universidade Anhembi-Morumbi, UAM. E-mail: jenery@gmail.com.

3 Professor doutor docente no Instituto Federal de São Paulo, campus Registro, IFSP. E-mail: flamaues@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda as tentativas de dificultar a circulação de livros, nos anos de 2019 e 2020, ou seja, nos dois primeiros anos governo de extrema direita do presidente Jair Bolsonaro. Destaquemos, inicialmente, que a nosso ver a veemência com que os poderes autoritários buscam cercear a publicação e circulação de livros, atesta o temor que déspotas e tiranos tem da força das ideias impressas.

Entende-se por censura a livros qualquer ação que vise dificultar, limitar ou restringir a redação, impressão, divulgação, distribuição, comercialização ou aquisição de livros. Ou seja, denomina-se aqui censura qualquer ação que busque limitar atividades de agentes de uma das seis esferas do circuito de produção de livros: autores, editores, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores - circuito este descrito por Robert Darnton em “O que é a história dos livros?” (DARNTON, 1990 e 2010).

Observemos que ao longo dos séculos, o livro, esse objeto multissecular, tem convivido com tentativas de atos de repressão e censura. Porém, em que pese essa persistência, temos que notar que cada circunstância histórica apresenta sua singularidade – e é nessa singularidade que as experiências concretas de censura precisam ser compreendidas (DARNTON, 2016). Assim, pretendemos aqui analisar tentativas de dificultar a livre circulação de livros nos anos 2018 e 2020 no Brasil, em sua especificidade histórica.

Esse artigo está organizado em quatro blocos: 1) censura a livros – 2015-2018 – o pre-núncio; 2) Censura a livros em 2019 - Investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual e outros casos; 3) Censura em Rondônia e outros eventos em 2020 e 4) atos de resistência.

O percurso percorrido deixa claro que o governo de Jair Bolsonaro busca consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio. Os diversos casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferam atualmente no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que se somam e tentam construir uma cultura de vigilância e censura. A este ambiente tóxico, veio se somar, a partir de março de 2020, a inação genocida do governo federal frente à pandemia da COVID-19. Por outro lado, as vozes da resistência estão agindo, estão se fazendo presentes de forma contundente.

1) CENSURA A LIVROS - 2015-2018 – O PRENÚNCIO

No dia 5 de outubro de 2018, cerca de cinquenta alunos e ex-alunos reuniram-se na calçada em frente ao colégio particular católico Santo Agostinho, no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a suspensão da indicação da leitura do livro *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, da coleção Vaga-lume, da editora Ática, que constava na lista de material escolar para alunos da 6ª série do ensino fundamental.

A suspensão da indicação da leitura deste livro por parte da escola se deu em função da pressão exercida por um grupo de pais estimulados pela publicação, em uma página do Facebook denominada *Alerta Ipanema*, da acusação de o colégio, com esta leitura, estar tentando “doutrinar crianças do sexto ano (11 e 12 anos) com a ideologia comunista na

sala de aula”. O livro *Meninos sem Pátria* conta a história de Marcão e Ricardo, filhos de um jornalista que tem que deixar o Brasil durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Evidentemente, a tentativa de cercear a circulação do livro *Meninos sem Pátria* deu-se por causa do tema – a recente ditadura militar brasileira. Não podemos esquecer que há na nova extrema direita brasileira, em relação a esse período ditatorial, um discurso de louvação de ações da repressão e de apoio a torturadores.

Uma matéria publicada no Blog das Letrinhas em 23 de outubro de 2018, relacionou 10 outros casos recentes de tentativa de interdição de circulação de livros infanto-juvenis especialmente no ambiente escolar (BLOG DAS LETRINHAS, 2018). Os principais motivos alegados para solicitação de interdição da circulação dos livros foram: 1) Utilização de palavras que os pais consideraram inadequadas, especialmente palavrões; e 2) Referências a sexo e sexualidades e informações sobre órgãos sexuais.

Os 10 casos listados foram:

1. *Oliver Twist*, de Charles Dickens (1812-1870), adaptação para quadrinhos de Loic Dauvillier e tradução de Luciano Vieira Machado (Editora Salamandra). A solicitação para a retirada da indicação de leitura deveu-se ao uso de palavra de conotação sexual, no caso, ‘prostituta’.

2. *A marca de uma lágrima*, de Pedro Bandeira (Editora Moderna. A primeira edição é de 1985). O tema da paixão entre jovens de 14 anos foi considerado inapropriado e precoce.

3. *Aparelho sexual e cia.: um guia inusitado para crianças descoladas* (título original: *Le guide du zizi sexuel*), de Hélène Bruler e Zep. Tradutor: Eduardo Brandão (Editora Companhia das Letras). Trata-se de um livro de educação sexual que foi acusado, pelos que solicitaram seu veto, como apologia ao sexo.

4. *Apoema*, de Ana Maria Pereira, Margarida Santana e Monica Waldheim (Editora Brasil). Alegação para a solicitação de veto: conteúdo sexual considerado inadequado.

5. *Enquanto o sono não vem* (contos), de José Mauro Brant (Editora Rocco). Alegação para a solicitação de veto: conteúdo sexual considerado inadequado.

6. *Omo-oba: histórias de princesas*, de Kiusam de Oliveira (Editora Mazza. A primeira edição é de 2009). A presença de princesas africanas foi considerada inadequada, apesar da obrigatoriedade do estudo da cultura africana no primeiro e segundo graus brasileiros.

7. *O diário de Anne Frank em quadrinhos* (*Anne Frank: The Graphic Diary*), de Anne Frank (original de 1947), adaptação de Ari Folman e David Polonsky. Tradução de Raquel Zampil (Editora Record). Alegação: apresentação do órgão sexual feminino foi considerada, pelos solicitantes do veto, inadequada.

8. *Pela estrada afora*, Leo Cunha (Editora Atual. A primeira edição é de 1993). Alegação para a indicação de veto: utilização de palavrões.

9. *Histórias de bobos, bocós, burraldos e paspalhões*, de Ricardo Azevedo (Editora Ática). A tentativa de tematizar o bullying foi vista como possível de incentivá-lo.

10. *O menino que espiava para dentro*, de Ana Maria Machado (Editora Global). A ideia do perder-se em si, da subjetividade imaginativa, foi lida por aqueles que solicitaram a suspensão do livro como possível incentivo ao suicídio. O editor recusou-se a retirar o livro do catálogo.

A tentativa de censura ao livro *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, em outubro de 2018, repercutiu e ganhou espaço na mídia graças à mobilização dos alunos que decidiram protestar no espaço público e promover leituras em grupo da obra. Tornar público, noticiar, a tentativa de censura, foi um instrumento de luta contra o atraso e o autoritarismo que este ato representa – e este recurso teve um grande efeito por tratar-se de um colégio prestigiado em uma grande capital.

Alguns dos outros casos acima foram noticiados por vários jornais e revistas, mas, muito provavelmente, devido à proliferação de grupos retrógrados autoritários na sociedade brasileira no período em foco, dezenas de outros casos devem ter ocorrido e não viraram notícia ou só tiveram repercussão local.



2) CENSURA A LIVROS EM 2019 - INVESTIDAS CONTRA DUENDES, BRUXAS, CULTURA AFRICANA E EDUCAÇÃO SEXUAL E OUTROS CASOS

Em fevereiro de 2019, o maior clube de livros infantis do Brasil com cerca de 170 000 assinantes, o Leiturinha, publicou um edital para autores e assinalava que não aceitava inscrição de obras com “seres mágicos, como bruxas, fadas e duendes”. A repercussão negativa nas mídias sociais foi imensa e rapidamente o clube retirou a chamada. Este edital estava ressoando a postura do governo Jair Bolsonaro, empossado no mês anterior. A perseguição aos “seres mágicos” na literatura infantil é um dos temas constantes dos atuais membros no governo federal, como explicaremos abaixo.

No dia 8 de janeiro de 2019, ou seja, na semana seguinte à posse de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, foi disponibilizado na rede social um vídeo com um trecho de um discurso de Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que ela pregava contra o livro infanto-juvenil *Manual Prático de Bruxaria em onze lições*, de autoria de Malcolm Bird, publicado pela editora Ática (título original: *The witch's handbook*, tradução de Heloisa Prieto).

O vídeo postado em janeiro de 2019 é um trecho de um vídeo maior, postado em 01.05.2016, sob o título “Ideologia de gênero e livros impróprios”, em que a pastora Damares Alves fala (de maneira um tanto confusa e desorganizada) contra três tipos de livros:

1. Livros com duendes, bruxas e diabos. Neste segmento, Damares cita, além do *Manual prático de bruxaria*, o livro *A máquina de brincar*, poemas de Paulo Bentancur (Editora Bertrand Brasil). No mesmo sentido, Damares também se opôs ao livro *Evocações* de Marcia Kupstas, publicado pela editora Ática – que tematiza o sobrenatural. O tema das bruxas, duendes e seres mágicos em geral é uma das obsessões dos intolerantes atrelados aos novos Ministérios do governo de Jair Bolsonaro – segundo eles, este tema está ocupando o lugar da leitura da *Bíblia* e estaria gerando “confusão mental” e “morte espiritual” entre crianças e jovens.

2. Livros sobre cultura africana. No caso, Damares cita o livro *Eleguá*, de autoria de Carolina Cunha (Editora SM, São Paulo), e o acusa de promover a religião africana. Destacamos que a Constituição Brasileira, no artigo 5º, VI, afirma que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença” e também assegura “o livre exercício dos cultos religiosos”. Além disso, a lei 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, do estudo da história da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, e do estudo da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional

3. Livros que visam, nas palavras de Damares, promover “confusão na identidade sexual” dos jovens e das crianças e “desconstruir os valores da família”. Neste segmento, são citados os livros *O grande e maravilhoso livro das famílias* e *Bem-vindos à família*, de Mary Hoffman e Ros Asquith (Editora SM). Na realidade, são livros que visam justamente o contrário – buscam explicar e apoiar os vários arranjos familiares. Ainda na listagem dos livros que, segundo Damares, visariam desconstruir a família está a obra *A princesa e a costureira*, de autoria de Janaína Leslão (Editora Metanoia).

Na pregação de Damares Alves de 01.05.2016 é possível encontrar neste discurso dois tópicos recorrentes na retórica da extrema direita: 1) a oposição “nós e eles”, presente em

frases como: “olha o que fizeram com nossas crianças”; “não confundam nossas crianças”, “o lugar do teu filho é na igreja”, e 2) o fortalecimento dos laços de pertencimento e proteção, como, por exemplo a afirmação: “e se tu tiver (sic) problema com a escola fale com o pastor... que a gente vai lá resolver na sua escola”.

É importante notar que, com pregações como a acima citada, a Ministra não só atinge os livros indicados, mas cria um ambiente geral de autocensura, como notou Joana Oliveira em artigo denominado “‘Caça as bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil”, publicado no jornal *El Pais* em 13 de fevereiro de 2020 (OLIVEIRA, 2020).

Com a mesma alegação de tentar proteger os jovens contra o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”, em agosto de 2019, um vereador da cidade de Limeira, no interior da cidade de São Paulo, pediu à Secretaria Municipal de Educação a retirada do livro de Lygia Bojunga *A bolsa amarela* da lista de indicações de leitura. A solicitação do vereador não foi atendida depois de parecer da Associação dos Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil, AEILIJ. Lembremos que o livro *A bolsa amarela* foi publicado pela primeira vez em 1976 e é uma referência na literatura infanto-juvenil brasileira.

Censura na Bienal do Rio de 2019 e outros embates

A Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, evento promovido pela Câmara Brasileira do Livro, CBL, que reúne editores, livreiros, escritores, ilustradores e é aberto ao público em geral, aconteceu entre os dias 30 de agosto e 8 de setembro e contou com um público de mais de 600.000 visitantes e mais de 1300 atividades culturais segundo a página oficial da feira. Foi neste evento que ocorreu uma das tentativas de censura a livros no Brasil de maior repercussão dos últimos anos. Vejamos a cronologia dos principais lances deste acontecimento:

-5 de setembro (noite); Marcelo Crivella, prefeito da cidade do Rio de Janeiro postou um vídeo no twitter informando que ele determinou aos organizadores da Bienal o recolhimento dos exemplares do livro *Vingadores: a cruzada das crianças*, livro de autoria de Allan Heinberg e Jim Cheung, publicado pela Marvel, Salvat (título original: *Avengers: The children's crusade*, tradução de Rodrigo Barros e Paulo França) por conter “conteúdo sexual para menores”. Na realidade, o que havia, por parte do prefeito do Rio de Janeiro era uma perseguição homofóbica, pois há um beijo entre dois personagens masculinos em uma página interna do livro – que estava embalado por capas plásticas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Note-se não há nenhuma imagem erótica ou sexual na capa do livro.

-5 de setembro – A Bienal emite nota afirmando que não realizará o recolhimento de nenhum livro.

-6 de setembro- Em menos de uma hora são vendidos todos os exemplares de todos os estandes da Bienal do livro *Vingadores: a cruzada das crianças*.

-6 de setembro – Fiscais da Secretaria de Ordem Pública do Rio de Janeiro são enviados à Bienal. Após conversa fechada com organizadores, nada recolhem.

-6 de setembro - A organização da Bienal recorre à Justiça, com um mandado de segurança preventivo, solicitando o impedindo do recolhimento de livros e solicitando garantias para o pleno funcionamento do evento.

-6 de setembro – A Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, assegura que prefeito não tem poder para recolher obras literárias. .

-6 de setembro – Liminar da 5ª vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, TJ-RJ, impede a apreensão de livros.

-7 de setembro – Nova decisão do TJ-RJ, atendendo a recurso da prefeitura, manda recolher livros com temática LGBT que não estejam lacrados.

-7 de setembro – Novamente fiscais da Prefeitura vão a Bienal e nada recolhem.

8 de setembro- Presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, Dias Toffoli, derruba decisão do TJ-RJ que permitiu o confisco de obras literárias.

Todo este vaivém jurídico gerou três ações de grande porte na sociedade civil, com significação e impacto na opinião pública: um “beijaço” público, uma doação de 14 000 exemplares de livros de temática de apoio à diversidade sexual e um abaixo assinado de escritores a favor da Bienal e contra a censura. Vejamos estes atos de resistência:

1) No dia 7 de setembro, às 19 horas, no Rio Centro, local onde ocorria a Bienal Internacional do Livro, várias bandeiras com cores do arco íris foram estendidas e o público realizou um grande beijo simultâneo com dizeres de “Fora Crivella” e “não vai ter censura”.

2) Ao final da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, um grupo de escritores divulgou um manifesto de apoio à Bienal e de repúdio às tentativas de censura por parte do prefeito do Rio de Janeiro

3) Felipe Neto, o *youtuber* de maior sucesso no país com um canal com 41 milhões de inscritos e ator em três filmes de enorme sucesso de público entre jovens, adquiriu 14 mil livros com temática relativa a direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transvestis, transexuais e transgêneros (LGBT) que estavam à venda na Bienal e organizou uma distribuição gratuita dos mesmos. Os livros, embalados em um plástico preto, traziam uma etiqueta com o aviso: “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas”.

Estas três vigorosas reações de diferentes grupos sociais à tentativa censória e ao abuso de poder por parte do prefeito Marcelo Crivella, reforçaram a pauta da liberdade de expressão e de opinião e são elementos que precisam ser somados aos fatores que levaram à não reeleição de Crivella em 2020.

Durante o ano de 2019 três outras ações censórias ocorridas em feiras do livro foram noticiadas. A primeira delas, no mês de abril, foi o veto, por parte da reitoria, à presença das editoras Boitempo e Contracorrente na feira do livro da Universidade Mackenzie, no campus do bairro Higienópolis, na cidade de São Paulo. A feira foi organizada pelo centro acadêmico da instituição. A editora paulista Boitempo é uma referência na publicação de textos do pensamento crítico de esquerda, incluindo aí textos clássicos deste perfil. A editora Contracorrente, sediada no Rio de Janeiro, trabalha muito por venda direta, e também apresenta um catálogo em que são destaques obras do pensamento de esquerda. O veto à participação das editoras na feira do livro do Mackenzie deu-se, evidentemente, pelo perfil político dos livros publicados por elas – o Mackenzie é uma instituição de ensino que durante a ditadura militar brasileira era vista como vinculada ao regime. As editoras publicaram uma nota de repúdio à ação censória.

Ainda outro caso ocorrido em feiras do livro em 2019. Este, na cidade de Nova Hartz, no Estado do Rio Grande do Sul. A escritora gaúcha Luisa Geisler foi desconvidada da feira e exemplares de seu livro *Enfim, capivaras* (Editora Seguinte), adquiridos pela prefeitura

deste município, foram recolhidos por, segundo a denúncia, conter palavrões e linguajar inadequado. No caso, a escritora conversaria com jovens de 11 a 15 anos e o linguajar, na visão da escritora, era adequado a esta faixa etária .

Outro caso de censura em feira de livros ocorreu em abril de 2020 no Estado de Santa Catarina na 13ª edição da Feira do Livro de Jaraguá do Sul. Os organizadores se viram compelidos a cancelar o convite à jornalista Miriam Leitão e ao sociólogo Sérgio Abranches após petição eletrônica contra a presença da jornalista no evento devido a seu “viés ideológico e posicionamento”. Os organizadores foram informados que haveria violência física contra os palestrantes e, por precaução, resolveram desfazer os convites. Lembremos que Miriam Leitão é autora de sete livros e vencedora de dois prêmios Jabuti, entre seus livros mais difundidos e premiados está a obra *Saga Brasileira: a história de um povo por sua moeda*, publicado pela editora Record. Em sua juventude atuou, contra a ditadura e foi torturada por órgãos da repressão, experiência que relatou em livro há alguns anos. Sérgio Abranches, cientista político, escreveu, entre outros, o livro *Presidencialismo de Coalizão*, publicado pela editora Companhia das Letras.

Reafirmando como, com grande desfaçatez, o autoritarismo arbitrário está constantemente em ação nas diferentes esferas do poder e do espaço público, vejamos o caso ocorrido no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, conhecido como Itamaraty, em agosto de 2019.

A Fundação Alexandre de Gusmão, Funag, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, encomendou ao embaixador Synesio Sampaio Góes Filho uma biografia de seu patrono. O trabalho recebeu o título *Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil* e foi entregue e aprovado pelo Ministério. Após a aprovação, o autor convidou o ex-embaixador Rubens Ricupero para prefaciar a obra. No entanto, o autor foi informado que a obra só seria publicada pelo Itamaraty, se ele retirasse o prefácio – Rubens Ricupero tem manifestado várias opiniões críticas ao governo Bolsonaro e ao ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. O autor Góes Filho considerou essa atitude uma ação de censura e retirou a obra da Funag. A obra foi publicada posteriormente pela Editora Record.

Acerca do primeiro ano do governo Bolsonaro

As posturas explicitadas por Bolsonaro durante sua campanha eleitoral a respeito de democracia, diversidade e pluralidade, direitos humanos, racismo na sociedade brasileira, violência, feminismo e direito das mulheres, direitos das minorias, porte de armas, enfim, sobre os temas relevantes para a construção de uma sociedade aberta e democrática, deixavam clara sua postura autoritária e antidemocrática, regressiva. Como destacou André Singer, na eleição de 2018 a questão era que “desta feita, o que está em questão não é apenas a próxima Presidência, mas a própria continuidade da democracia” (SINGER, 2018). Não por acaso Bolsonaro disse, em diferentes ocasiões, entre o primeiro e o segundo turno da eleição, que o objetivo de seu governo seria fazer o Brasil ser igual a 40, 50 anos atrás. Cinquenta anos atrás o Brasil vivia em uma ditadura militar (1964-1985) com censura a arte, cultura, espetáculos e aos livros (REIMÃO, 2019).

A gestão de Jair Bolsonaro caminha para o prometido em campanha: baixa presença

de mulheres, figuras com forte conexão com a religião – notadamente evangélicos – e participação massiva de militares em áreas estratégicas. Além disso, também como havia sido anunciado, as áreas da cultura e educação receberam atenção diferenciada, com o objetivo de desconstruir as políticas até então vigentes. No caso do Ministério da Educação, desconstrução das macropolíticas que vinham do governo Fernando Henrique Cardoso, FHC, e foram continuadas – com algumas alterações e nuances – pelos governos petistas. A nomeação de figuras sem qualquer relevância intelectual ou política para o cargo de ministro é parte desse processo, bem como as posições públicas preconceituosas e extremistas desses ministros – em particular os dois primeiros ocupantes do cargo.

No caso da cultura, houve a extinção do Ministério – que já havia sido tentada por Michel Temer –, este foi transformado em Secretaria Especial da Cultura, ligada ao Ministério do Turismo. Concomitantemente a este rebaixamento, houve o seu esvaziamento em termos de verbas e a nomeação de artistas ou tecnocratas afinados com a perspectiva neoconservadora e de combate à livre circulação das ideias e de combate à ciência. No segundo semestre de 2020 houve cortes de verba em órgãos culturais como Funarte, Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Casa Rui Barbosa. No campo da cultura houve direcionamento de verbas à produção cultural cujos valores apresentam afinidades com a gestão do presidente e cerceamento a produções que não tivessem estas características. O posicionamento governamental estabeleceu forte conflito com a cultura de defesa da diversidade, dos direitos humanos e da democracia que tem pautado boa parte da cultura brasileira pós-Constituição de 1988.

Combater os valores da Constituição de 1998 tem sido uma constante na vida do atual presidente do Brasil. Desde os tempos em que era militar fez oposição aos valores democráticos e, como parlamentar, não cansou de declarar aversão a temas fundamentais que caracterizam o Brasil pós-ditadura. Gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outros temas que ampliaram a participação na agenda pública, foram tomados pela gestão que assumiu o governo federal em 2019 como pontos a serem combatidos.

A indicação de Damares Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, representou uma das faces marcantes do atual governo federal: o combate à cultura a diversidade, da inclusão e da tolerância. À única mulher do primeiro escalão do governo coube centralizar, com o presidente, a luta contra a cultura caracterizada por eles como “comunista”. Uma afirmação do então deputado federal Jair Bolsonaro ilustra o que está em disputa. Vejamos: O sério, pertinente e relevante programa “Escola sem homofobia”, construído com grande esforço pelo Ministério da Educação, lançado em 2004, no intuito de colaborar na construção de uma sociedade sem discriminação devido à orientação sexual, foi, chamado em 2011 pelo deputado Bolsonaro de “kit-gay”. Além da denominação pejorativa, Bolsonaro acusava o material de promover o homossexualismo. A mistificação em torno do “kit-gay” foi muito proveitosa para Bolsonaro – tendo gerado uma grande repercussão nas redes sociais.

Mobilizando órgãos de justiça e polícia, o governo federal utiliza princípios caros às ditaduras: censurar, proibir e punir a circulação da cultura que não corresponde aos valores dos governantes. Esta postura atinge o campo da política, no qual se disputam valores e a oposição ditadura/democracia é trazida à tona com relevância, mas atinge também frontalmente o campo da cultura, que se vê em disputa com o Executivo federal, que no período

anterior havia incentivado a autonomia e o desenvolvimento de práticas críticas, ampliando a participação da sociedade nos espaços públicos. Não são apenas exemplos, mas uma estrutura utilizada para dar espaço a valores retrógrados que foram derrotados nas lutas que culminaram com a promulgação da Constituição de 1988.

Importante destacar que estas posturas em relação a temas ligados à cultura e aos costumes estão estreitamente relacionadas ao que tem sido chamado de negacionismo científico dos setores de extrema direita próximos ao bolsonarismo. Como assinala Luiz Marques: “Jair Bolsonaro e seu governo estão adotando uma forte agenda anticientífica no Brasil, reduzindo o financiamento de pesquisas, ameaçando a educação pública e reduzindo a regulamentação ambiental a um nível sem precedentes na história brasileira” (MARQUES 2019). Desse modo, ao obscurantismo cultural se junta o anticientificismo negacionista.

3) CENSURA EM RONDÔNIA E OUTROS EVENTOS EM 2020

Um memorando em nome do Secretário da Educação do Estado de Rondônia, Suamy Lacerda de Abreu, com assinatura eletrônica da diretora de educação do órgão, Irany de Oliveira Lima Morais, foi encaminhado para os coordenadores das regionais de educação solicitando que separassem dezenas de livros das bibliotecas das escolas pois eles seriam recolhidos por apresentarem “conteúdos inadequados às crianças e adolescentes”. O memorando foi encaminhado no dia 6 de fevereiro de 2020 e a lista encaminhada anexa continha 43 títulos (de fato 42 pois havia uma repetição). A lista continha títulos clássicos da literatura brasileira e estrangeira. Não havia referência a nenhum parecer técnico para subsidiar esta acusação. Lembremos que o Estado de Rondônia é governado pelo Coronel Marcos Rocha, filiado ao PSL, Partido Social Liberal, ao qual Jair Bolsonaro já foi filiado.

A repercussão negativa nas mídias sociais foi imensa, o que levou a que a Secretária retirasse, em torno das 14 horas do mesmo dia, a lista de seu sítio eletrônico para acesso público e, ao final da tarde, cancelasse a operação. Antes do cancelamento da operação, a Secretaria tentou negar o fato, negar a existência da lista, mas muitas cópias estavam em circulação na internet.

Além do absurdo dos títulos listados – muitos deles clássicos e, entre os brasileiros, alguns que são leituras obrigatórias nos principais vestibulares do país, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis – chama a atenção a desfaçatez do desmando autoritário e do arbítrio por alguém que detém um cargo público para a promoção da educação.

A tentativa de censura por parte da Secretaria da Educação de Rondônia gerou notas de repúdio da seção Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RO – e da Academia Brasileira de Letras. A nota elaborada pela ABL aponta que a tentativa censória “desrespeita a Constituição de 1988, ignora a autonomia da obra de arte e a liberdade de expressão”, e também, acrescenta-se, estimula o “ódio à cultura, o preconceito, o autoritarismo e a autossuficiência que embasam a censura”.

Também em janeiro de 2020, ocorreu o desfecho de uma tentativa de ação censória no Estado de São Paulo no programa de remição de pena da Fundação de Amparo ao Priso, Funap. Trata-se de um programa em que cada livro lido e resenhado pode propiciar a diminuição de 4 dias na pena do presidiário. As editoras parceiras deste projeto, Record, Planeta, Todavia e Boitempo, haviam encaminhado 240 exemplares de doze títulos e foram informadas que três deles foram considerados inadequados, mas não foi especificado quais seriam esses títulos. Depois de algumas tentativas infrutíferas de diálogo, a colaboração entre a Funap e essas editoras foi suspensa e as editoras solicitaram a devolução dos livros.

Um dos episódios mais transloucado e descabido nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, na área da cultura, e que seria cômico se não fosse tragicamente perigoso e sintomático, ocorreu em 16 de fevereiro de 2020. Em um vídeo para anunciar um edital para produções culturais o Secretário Especial de Cultura de então, Roberto Alvin, ao som de Richard Wagner, utilizou uma estética e mesmo falas que parafraseavam textos do Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels e falava em “nova e pujante civilização brasileira” (...) “enraizada na pureza dos mitos fundantes”. Diversos grupos da sociedade civil e os presidentes da Câmara e do Senado solicitaram o imediato afastamento do Secretário – o que ocorreu no dia seguinte.

Lembremos que este secretário especial foi o mesmo que, em setembro de 2019, enquanto diretor de artes cênicas da Funarte, chamou a atriz Fernanda Montenegro, ícone de resistência e integridade do teatro brasileiro, de “mentirosa” e “sórdida”. Tal fato se deu por ocasião do lançamento da autobiografia da artista intitulada *Prólogo, ato e epílogo* (Companhia das Letras). Neste contexto, Fernanda Montenegro foi fotografada como uma bruxa prestes a ser queimada junto vários livros – essa imagem foi capa e pôster avulso na revista *Quatro cinco um*. Complementando a capa, a revista apresentava, nas páginas internas, todo um ensaio com a atriz sobre este tema.

A atriz Regina Duarte foi nomeada em 4 de março na vaga do secretário afastado Roberto Alvin. A ideia é que sua indicação pudesse pacificar os artistas e os demais trabalhadores das indústrias culturais. Ocorreu o contrário. Em uma entrevista na CNN rede de televisão, em 7 de maio, Regina Duarte menosprezou a um só tempo os mortos pela pandemia COVID19 e pela ditadura militar brasileira e bastante alterada afirmou não querer “arrastar um cemitério de mortes nas minhas costas”. Sua atuação frente a pasta se tornou insustentável. Entre as manifestações de repúdio, destaca-se um abaixo assinado com mais de 500 nomes de artistas e produtores culturais.

Em contraposição às ações censórias que se espalhavam pelo Brasil, a prefeitura de São Paulo através de sua secretaria de cultura promoveu, de 17 a 31 de janeiro de 2020 o festival Verão sem censura – em que, além de outras atividades, foram apresentadas manifestações culturais que, em algum lugar e momento, tiveram suas apresentações cerceadas. Liderado pelo secretário de cultura, Alexandre Youssef, trata-se de uma clara defesa das manifestações culturais e artísticas. O evento foi um sucesso de público, além de ser uma forte sinalização política pela liberdade de expressão.

4) ATOS DE RESISTÊNCIA

Quatro vigorosas manifestações de resistência e enfrentamento frontal ao caos autoritário do governo bolsonarista ocorreram no primeiro semestre de 2020. Estes atos partiram de organizações de diferentes perfis e, com suas especificidades, foram relevantes no espaço público. Especificando: 1) Carta aberta com assinatura de mais de 2 000 artistas e intelectuais publicada no jornal inglês *The Guardian*, no dia 7 de fevereiro de 2020, com o título: “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil”; 2) Manifesto “Juntos pela Democracia – Somos Muitos”, com mais de 150 000 assinaturas; 3) Manifesto “Basta” - assinado por mais de 600 juristas e advogados brasileiros denunciando os ataques do governo aos Poderes da República; e 4) Manifesto dos professores de Direito Processual da Universidade de São Paulo, USP, com o título “Pelo respeito ao Estado Democrático de Direito!”.

A carta aberta “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil”, publicada no jornal inglês *The Guardian* em 7 de fevereiro de 2020, trazia a assinatura, entre outros, de Chico Buarque, Caetano Veloso, Arnaldo Antunes, Milton Hatoum, Boris Fausto, Sebastião Salgado e também de artistas e intelectuais estrangeiros como Noam Chomsky e o objetivo era tornar público as perseguições e os atos censórios cometidos pelo governo, relatando diversos episódios e afirmando que os assinantes temem que esses ataques às instituições democráticas possam se tornar irreversíveis em breve. Ao final a carta solicita que a comunidade internacional: 1) Expresse publicamente sua solidariedade; 2) Condene a pressão política do governo Bolsonaro em relação a organizações artísticas e culturais e 3) Pressione o Brasil a respeitar integralmente a declaração dos direitos humano. O artigo conclui que é necessário rejeitar este nascimento do autoritarismo.

Lançado na internet, o Manifesto “Juntos pela Democracia”, articulado por Carolina Kotscho e Antonio Prata, conseguiu rapidamente mais de 1500 assinaturas de adesão e foi importante para a conscientização e a difusão da informação sobre a necessidade da resistência democrática em um espaço público plural. **O manifesto foi publicado em diversos jornais no dia 30.05.2020.**

O Manifesto “Basta” lançado em 31.05.2020 visava, mais especificamente, apoiar o Poder Judiciário e o Supremo Tribunal Federal, STF, devido aos constantes ataques por parte do presidente Jair Bolsonaro e terminava de maneira bem contundente falando das possíveis consequências jurídicas: “Cobramos a responsabilidade de todos os que pactuam com essa situação, na forma da lei e do direito, sejam meios de comunicação, financiadores, provedores de redes sociais. Ideias contrárias ao Estado e ao Direito não podem mais ser aceitas. Sejam intolerantes com os intolerantes!”. É importante assinalar que três ex-ministros da Justiça assinam o manifesto: José Carlos Dias, José Gregório e José Eduardo Cardozo.

Com um perfil de assinantes bastante específico, o Manifesto “Pelo respeito ao Estado Democrático de Direito!”, os professores de Direito Processual da Universidade de São Paulo, USP, divulgado no dia 01.06.2020, deixa claro que “Acreditamos (...) que o futuro reservará ao nosso País e ao seu povo dias mais serenos, melhores e mais felizes”, destacando que, “para que este destino seja realizado é imperativo que nos guiemos pelos limites fixados no Pacto Fundamental, ou seja, na Constituição da República.”

A Constituição Federal garante tanto o acesso à cultura quanto a liberdade de expressão e manifestação. O artigo 215 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. E o artigo 220 acrescenta: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”.

Menosprezando a civilização, os direitos humanos, a ciência e a cultura, o governo de Jair Bolsonaro buscou consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio e a democracia esteve ameaçada no Brasil.

No dia 31 de outubro de 2022 Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República. No primeiro discurso que fez após a vitória eleitoral, Lula salientou que essa foi “uma das mais importantes eleições da nossa história” pois foi uma “eleição que colocou frente a frente dois projetos de país” e cujo resultado mostrou a “vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora” (Cf: G1, 31/12/2022).

Entre as características de uma sociedade democrática que o povo atestou querer ao eleger o projeto democrático, Lula indicou a busca de inclusão social e oportunidades para todos, a participação do povo nas decisões do governo, o acesso à saúde e educação, a liberdade religioso e “livros em vez de armas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOG DAS LETRINHAS. “Raízes da censura da ditadura militar”, 23 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Raizes-da-censura-da-ditadura-militar>. Acesso em 15 jan. 2021.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” In: **O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” In : **A questão dos livros**. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

G1, 31/12/2022. “Leia e veja a integra dos discursos de Lula após vitória nas eleições” Disponível em; <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>

MARQUES, Luiz. “A ciência versus Bolsonaro”. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 23 abril 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/ciencia-versus-bolsonaro> . Acesso em: 5 mar. 2021

OLIVEIRA, Joana. “Caça as bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil”. **El País**, 13 fevereiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 10 fev.2021.

SINGER, André. “Epopéia democrática”. **Folha de S .Paulo**, 6 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2018/10/epopeia-democratica.shtml> . Acesso em: 24 fev. 2021.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2ª ed., 2019.